

**COMISSÃO MISTA PARA APRECIÇÃO DA MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 899, DE 2019, QUE “DISPÕE SOBRE A
TRANSAÇÃO NAS HIPÓTESES QUE ESPECIFICA”**

COMISSÃO MISTA	
Presidente	Senador Luiz Pastore
Relator	Deputado Marco Bertaiolli

PROPOSTA DE AGENDA DE TRABALHO

Apresentamos aos ilustres membros desta Comissão uma proposta preliminar para a condução dos trabalhos neste Colegiado, visando o debate da matéria contida na Medida Provisória nº 899, de 2019, que “Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica”.

Em razão do curto tempo que dispomos para apreciação da proposição e, haja vista a necessária apreciação pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a sugestão é no sentido de otimizarmos os trabalhos.

Nesse sentido, sugere-se que as audiências públicas possam ser realizadas ainda no mês de fevereiro de 2020, se possível concentradas em uma mesma data, tendo por sugestão o dia 13 de fevereiro, far-se-ia uma sessão pela manhã e outra sessão à tarde, com convidados referentes à administração pública e aos contribuintes.

Inclui-se, ainda, reuniões técnicas a serem realizadas no dia 17 e 18 de fevereiro em São Paulo, na Federação das Indústrias do Estado de SP (FIESP) e na Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP).

Ainda, em razão do apertado prazo de tempo, sugere-se que, se

necessário, sejam utilizados recursos da tecnologia que facilitem a participação de representantes requeridos pelos parlamentares, como *webinars*, videoconferência pelo Skype ou outras ferramentas possíveis.

Após as audiências públicas e o seminário realizado, colhidas as sugestões deste Colegiado, estaremos aptos à apresentação de nosso parecer para a Medida Provisória nº 899, de 2019, com possibilidade para o dia 19 de fevereiro, para que a votação do relatório ocorra no dia 20 de fevereiro de 2020.

Nesse sentido, as datas ficariam assim dispostas:

1ª Reunião - 11 de dezembro de 2019, quarta-feira - Tarde
Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

2ª Reunião - 05 de fevereiro de 2020, quarta-feira - Tarde
Apreciação do Plano de Trabalho e de Requerimentos

3ª Reunião - 13 de fevereiro de 2020, quinta-feira – 9h
Audiência Pública
Convidados:

1. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;
2. Representante da AGU;
3. Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;
4. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
5. Representante do Ministério da Economia;
6. Unafisco.

4ª Reunião - 13 de fevereiro de 2020, quinta-feira – 14h30
Audiência Pública
Convidados:

1. Confederação Nacional da Indústria – CNI;
2. Confederação Nacional do Comércio - CNC;
3. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
4. Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Conselho Federal;
5. Confederação Nacional da Agricultura – CNA;
6. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP
7. Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo –

FACESP

Reunião Técnica em SP– 17 de fevereiro de 2020, segunda-feira – 15h

(Com a presença do Presidente da Comissão, do Relator e de quaisquer parlamentares interessados, como representantes do colegiado)

Local: Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo - FACESP

Reunião técnica em SP – 18 de fevereiro de 2020, terça - feira – 9h

(Com a presença do Presidente da Comissão, do Relator e de quaisquer parlamentares interessados, como representantes do colegiado)

Local: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

5ª Reunião – 18 de fevereiro de 2020, terça-feira – 15h

Sessão de debates

6ª Reunião – 19 de fevereiro de 2020, quarta-feira – 15h

Leitura do Relatório

7ª Reunião – 20 de fevereiro de 2020, quinta-feira – 9h

Votação do Relatório

Trata-se de cronograma de trabalho bastante apertado, porque o tempo que nos resta para apreciação da matéria é curto, haja vista que MP 899, de 2019, perde a eficácia no final de março de 2020.

Reitera-se que o esforço que ora proposto aos Nobres Pares desta Comissão Mista tem por mérito o enfrentamento de um dos problemas fiscais mais graves do nosso país, o gigantesco contencioso fiscal que asfixia o contribuinte e sobrecarrega nossas autoridades fazendárias.

Sala das Comissões, em de de .

Deputado Marco Bertaiolli

Relator